

MARCAS DE RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO NA LITERATURA DE CONCEIÇÃO EVARISTO E CAROLINA MARIA DE JESUS

TRACES OF RESISTANCE AND SUBVERSION IN THE LITERATURE OF CONCEIÇÃO EVARISTO AND CAROLINA MARIA DE JESUS

DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e19909

Andreia dos Santos Marques Amorim¹

Antonio Ismael Lopes de Sousa²

Márcio Araújo de Melo³

Resumo: Historicamente, a participação das mulheres na arte foi (e ainda é) marcada por diversos entraves, que normalmente redundam em menosprezos e limitações nos mais variados âmbitos sociais. Na esteira desses desafios, este trabalho propõe uma reflexão sobre marcas de resistência e subversão na literatura de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, a partir de conceitos fundamentais da crítica literária, objetivando destacar as múltiplas camadas de significação presentes na literatura feminina, especialmente a escrita por mulheres negras. Entendemos que esse debate não apenas destaca a experiência estética dessas produções literárias, como também problematiza as circunstâncias que circunscrevem a literatura de autoria feminina no Brasil.

Palavras-chave: Literatura de autoria feminina; resistência; subversão.

Abstract: Historically, women's participation in art has been (and still is) marked by various obstacles, which usually result in contempt and limitations in the most varied social spheres. In the wake of these challenges, this paper proposes a reflection on the marks of resistance and subversion in the literature of Conceição Evaristo and Carolina Maria de Jesus, based on fundamental concepts of literary criticism, aiming to highlight the multiple layers of meaning present in women's literature, especially that written by Black women. We understand that this debate not only highlights the aesthetic experience of these literary productions but also problematizes the circumstances that circumscribe literature authored by women in Brazil.

Keywords: Literature authored by women; resistance; subversion.

¹ Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEEDUC-MA). E-mail: andreia.amorim@ufnt.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8769-2838>.

² Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Assistente em Administração na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) / Centro de Ciências de Balsas-CCBL (MA). E-mail: antonio.sousa@ufnt.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6550-3931>.

³ Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFNT (PPGLLIT). E-mail: marciodemelo33@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6665-4221>.

Introdução

Em razão da ocorrência de inúmeras circunstâncias limitadoras ao longo da história (tais como e negação de acesso à educação formal, baixa representatividade na política, acesso desigual a recursos culturais, políticos e econômicos etc.), a participação das mulheres nos mais diversos campos da vida e do conhecimento foi permeada por sérios desafios, cuja tendência é relegar as suas atuações nesses campos (vida, sociedade e conhecimento) a um plano secundário. Virginia Woolf, fazendo uma espécie de alerta para tal condição em sua época, fez uma suposição de que a mulher dos tempos de Shakespeare, inclusive aquela cuja inteligência e imaginação era extraordinária, não tinha sequer a oportunidade de aprender “gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio”. A autora ainda complementou que se uma mulher fosse vista com livros na mão, possivelmente “os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis” (Woolf, 1929, p. 59).

Nessa seara, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a produção literária das autoras Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, analisando suas obras a partir de conceitos fundamentais da crítica literária, com especial atenção às contribuições teóricas de Fabio Durão, René Wellek, Nabil Araújo, Gonzalez e Gayatri Chakravorty Spivak. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e interpretativa, objetiva-se investigar as múltiplas camadas de significação presentes nos textos dessas autoras, ressaltando sua relevância no contexto contemporâneo, sobretudo no que diz respeito à escrita de autoria feminina negra.

Inicialmente, com o mote de debater as perspectivas da crítica literária acerca da estética, da ética, da política e da epistemologia, apresentamos as ideias gerais acerca da história, da teoria e da crítica literária, traçando-se um paralelo com a literatura de autoria feminina. Na sequência, abordando o cânone e a escrita de autoria feminina na literatura, procuramos demonstrar como essas vertentes artísticas influenciaram a escrita literária por meio de manifestações estéticas que refletem/representam os costumes de uma dada sociedade. Por fim, tratando sobre a escrita literária de autoria feminina como símbolo de resistência, buscamos analisar como as obras de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus se tornaram referências de luta contra as diversas formas de opressão contra as mulheres e, de modo mais específico, naquilo que se refere à participação desse público na literatura.

Feitas essas considerações, essa análise considera a literatura não apenas como expressão estética, mas como prática discursiva em interface com o contexto social, histórico e político, fato que revela a importância de uma crítica que considere a interface entre texto,

contexto e leitor. Além disso, no seio das lutas feministas, a literatura feita por, para e sobre mulher, plena de seus direitos enquanto ser humano, não apenas se configura como um importante marco de resistência, protesto e afirmação do protagonismo feminino, como também contribui para subverter uma realidade literária que frequentemente é marcada pela hegemonia masculina.

1 História, teoria ou crítica literária?

A crítica literária ocupa um papel central na compreensão e nos demais debates suscitados pelas obras, pois vai além do simples julgamento de valor, assumindo-se como prática interpretativa, contextual e interdisciplinar. Fabio Durão (2016, p. 22) argumenta que “a crítica literária não é simplesmente a emissão de julgamentos sobre a qualidade de um texto, mas uma prática que envolve a interpretação e contextualização das obras”. Desse modo, muito mais do que formular considerações rasas ou opiniões isoladas acerca de uma obra, a crítica literária também procura discutir seus sentidos e suas nuances, bem como as circunstâncias culturais e sociais que, em maior ou menor grau, permeiam e influenciam tal obra. Ainda de acordo com Durão (2016, p. 19-20),

ao invés de simplesmente enumerar itens ou explicar elementos poéticos ou narrativos, a crítica os submete a uma ideia reguladora articulada pelo crítico. Aqui entra em cena sua imaginação: ao formular hipóteses, baseando-se estritamente naquilo que o texto fornece, o crítico aponta para algo inusitado, até então despercebido. Uma crítica realmente forte cola no objeto; ela reconfigura a obra de tal maneira que o seu significado passa a ser aquilo que foi enunciado e torna-se difícil imaginar qual era o seu sentido anterior à crítica.

Essa concepção de Durão (2016) sobre uma crítica que é imanente ao objeto, que se torna parte essencial no processo de reconfiguração da obra, é fortalecida por René Wellek (1963), quando distingue teoria literária, crítica literária e história literária, mas reconhece que essas áreas são interdependentes. Segundo Wellek (1963, p. 13), “a crítica literária é, sem dúvida, frequentemente, usada de tal modo que inclui a teoria literária” e “é inconcebível a teoria literária sem crítica ou história” (p. 31). Isso significa que, embora existam diversas e distintas correntes científicas sobre a literatura, a crítica literária deve ir além da mera descrição, aprofundando-se sobre o próprio objeto (a obra de arte) e considerando as nuances os contextos que a permeiam.

Ainda nesse contexto, Araújo (2017) aprofunda esse entendimento ao propor que a crítica deve ser pensada como prática performativa e formativa, ou seja, não apenas descreve

ou interpreta obras, mas também produz sentidos e forma subjetividades. O autor ressalta que a crítica precisa ser ética e historicamente situada, alinhada ao compromisso com o outro e com o texto. É nessa direção que Durão (2016, p. 12-13) argumenta sobre as fragilidades da crítica literária, especificamente em suas modalidades jornalística e acadêmica, uma vez que

quando postas lado a lado, a crítica acadêmica e a crítica de jornal deixam entrever suas fraquezas: por não ter um compromisso direto com o receptor, a crítica acadêmica é muitas vezes abstrusa e desnecessariamente difícil; a desproporção entre a produção e o uso – centenas e centenas de livros e milhares de artigos científicos não têm mais do que meia dúzia de leitores cada – não é apenas um desperdício, como também se choca com a ideia de universalidade que subjaz à ideia de cultura. Já a crítica de jornal parece estar cada vez mais incluída em uma lógica de mercado. Isso se manifesta em uma tendência para beneficiar a superficialidade, reduzir o espaço de reflexão e ignorar aquele desinteresse sem o qual crítica alguma pode ser exercida: no limite, o jornal pode fazer o comentário de um livro como se estivesse planejando sua campanha publicitária.

De fato, como argumenta Durão (2016), a crítica à literatura, nas duas modalidades apresentadas, exerce um duplo desafio: de um lado, porque dificulta a compreensão daquilo que a própria crítica quer dizer e influencia, positiva ou negativamente, na apreciação e interpretação da obra pelo leitor e, de outro lado, porque induz a comportamentos nem sempre críticos ou arrazoados por parte do público da literatura. Eis a ideia de um sério compromisso com análise da literatura e da teoria que a permeia, defendida por Antonio Cândido (2000), isto é, que haja um equilíbrio entre sensibilidade estética e rigor analítico na atuação do crítico.

Para Durão (2008, p. 60), o papel do crítico é ser mediador entre texto e leitor, já que “o crítico literário atua como um intérprete, desvelando significados ocultos e oferecendo uma ponte entre a obra e o público”. Essa visão encontra eco em Wellek (1963, p. 15), que embora enfatize a necessidade de sensibilidade artística, reforça que o crítico não é artista, já que “sua meta é o conhecimento intelectual”. Ambos destacam que a crítica não se limita ao conteúdo da obra, mas exige uma contextualização que perpassa campos como a filosofia, a história e a sociologia. Retomando a ideia de Durão (2016), trata-se de uma crítica comprometida com a razoabilidade e a sensata aferição de valor. Fazendo alusão aos formatos de crítica como sendo normativa e imanente, Durão (2016, p. 16) explica que enquanto a normativa apresenta regras de comparação ou adota como base o paralelo com outras obras ou escalas para definir o nível de relevância e inovação da obra em análise, a crítica imanente procura julgar o texto “conforme o princípio que ele parece estabelecer para si mesmo”, além de que, ainda de acordo com Durão (2016, p. 16), “o crítico precisa perceber não apenas o que o romance, ou o poema, está

querendo dizer, mas o que ele quer ser, e se consegue levar a cabo tal pretensão de maneira convincente”.

Eagleton (2006) também reforça essa abordagem ao afirmar que toda teoria literária é historicamente situada e moldada por condições sociais e ideológicas. Essa perspectiva amplia o entendimento da crítica como prática cultural e ideológica, que não pode ignorar o contexto em que a obra é produzida e lida. Assim, conforme defendem Araújo e Eagleton, a crítica literária não é neutra, mas posicionada e engajada, isto é, ele considera a obra literária não como um ponto fixo ou uma instância neutra, posto que produz significados e sentidos que atravessam a realidade e, por consequência, a sociedade.

Com uma abordagem bem aproximada às ideias defendidas por Eagleton (2006) acerca da teoria da literatura, Wellek (1963, p. 18) também critica a dissociação entre crítica e julgamento de valor, propondo que toda teoria nasce do contato com obras concretas. Para o autor, “não se chegou às teorias literárias, aos princípios, aos critérios, partindo-se do nada”. A crítica, portanto, emerge de uma relação dialógica e experiencial com o texto e os contextos. A Nova Crítica, embora proponha um foco na estrutura do texto e uma rejeição de elementos externos como biografia e história e, conforme destaca Wellek (1963, p. 18), ainda reconhece que “as palavras têm sua história” e que “o poema deve ser lido como poema”, sugerindo uma conciliação possível entre estética e historicidade.

Ainda nessa seara, Araújo (2017), ao discutir os conceitos de crítica, reforça esse caráter mediador e interdisciplinar da crítica. Ele argumenta que a crítica literária deve ser uma prática ética e política, capaz de questionar o cânone e as estruturas de poder que regem a legitimação de determinadas obras. Nesse sentido, sua leitura aproxima-se da visão de Eagleton (2006), para quem toda teoria literária é historicamente situada e moldada por contextos sociais e ideológicos específicos. Trata-se, pois da expectativa de imparcialidade e independência no processo em que se situa a crítica literária, especialmente nas abordagens relacionadas ao mercado, no qual Durão (2016, p. 107) afirma que

o que se espera do crítico hoje, então, é nada menos do que a conjunção de dois impulsos a princípio incompatíveis, a saber, conseguir esquecer-se de toda a teoria ao penetrar na obra, mas, ao mesmo tempo, lembrar-se dela para trabalhar aquilo que o texto parece exigir. E o interessante é que isso vale também para a teoria ou qualquer forma de metacrítica, como no caso deste livro.

Nessa direção, com base em Durão (2016) a crítica literária contemporânea deve ser, simultaneamente, estética, ética, política e epistemológica. Ela deve acolher a complexidade do

texto, respeitar sua materialidade e reconhecer os contextos que o atravessam. Essa crítica, como propõe Araújo (2017), deve ser uma forma de escuta ativa, atenta à pluralidade de vozes que compõem o campo literário e social, diversidade essa, inclusive, que contempla a escrita literária de autoria feminina.

2 O Cânone e a Escrita Feminina

A Literatura difundida no século XIX marcou o período em que se buscava uma identidade da nacionalidade brasileira. Muitos escritores se preocuparam em retratar temas como a independência, a abolição e a república. De certo modo, todos esses acontecimentos influenciam a escrita literária, por meio de representações estéticas que refletem os costumes de uma sociedade.

No Romantismo, a partir de Gonçalves Dias, emergem temáticas como o bom selvagem, os amores arrebatados, a vida social urbana e a construção de uma geografia identitária. Esse projeto de identidade nacional, por sua vez, resultou frequentemente no apagamento de personagens fundamentais da formação social brasileira, como os descendentes de africanos escravizados, que surgem nas representações literárias sob o viés do preconceito e da comiseração. Como afirma Cuti (2010, p. 16), “a escravização havia coisificado os africanos e sua descendência” e a literatura, “como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade.”

No período pós-abolição, essa desumanização continua evidente. Cuti (2010) argumenta que a ausência de um projeto oficial de integração da população ex-escravizada perpetuou sua marginalização. Essa abordagem foi sustentada por ideias eurocêntricas, que legitimavam a supremacia branca. Mesmo autores bem-intencionados não escaparam do estereótipo, como aponta Proença Filho (2004), que discute a representação de personagens negras como erotizadas, exóticas ou sensualizadas, um fenômeno recorrente da literatura brasileira até a modernidade.

Com a implementação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), a literatura afro-brasileira passou a ser valorizada como elemento essencial na educação básica. Tal medida possibilita a inclusão da cultura e ancestralidade negra, promovendo o reconhecimento da identidade afro-brasileira como uma questão de direitos humanos. É nesse contexto que se insere o estudo de autoras como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, cujas obras se alinham à crítica

feminista interseccional⁴ (que analisa como as diversas formas de e cruzam e se agravam mutuamente, ao invés vez de agirem separadamente) e aos princípios da teoria pós-colonial, isto é, uma abordagem crítica acerca dos impactos duradouros do colonialismo nas sociedades e nas culturas, bem como as relações de poder ao redor do mundo, e que tem como objetivo central a desconstrução da perspectiva eurocêntrica, de modo que as narrativas silenciadas dos povos subalternizados sejam trazidas também ao primeiro plano.

A crítica feminista, como propõe Spivak (2010), é atravessada por intersecções entre raça, classe, gênero e colonialidade, enfatizando a necessidade de escutar os subalternos, sujeitos marginalizados pelas estruturas de poder. Segundo Spivak, é fundamental perguntar: “*Pode o subalterno falar?*”. Destacando dois tipos de violência, a física e a epistêmica, Spivak (2010, p. 60) explica que “o mais claro exemplo de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como o Outro”, de modo que essa violência epistêmica não é apenas uma metáfora para a opressão intelectual, uma vez que ela está sempre entrelaçada à violência direta e física ocasionada pelo colonialismo e pelo imperialismo. Nessas circunstâncias de subordinação, Spivak (2010) aborda também a questão do papel das mulheres, afirmando que elas serviram de pano de fundo para diversos estudos e muitos discursos teóricos e, embora aleguem que existe uma possibilidade de fala, essa perspectiva deve ser questionada e problematizada por meio dos estudos sobre a subalternidade. Afinal, explica Spivak (2010, p. 65), o “sujeito subalterno feminino é oprimido duplamente, pela violência epistêmica do imperialismo, já apontada aqui, e pela dominação masculina conservada pela construção de gênero”. Assim, no caso de um eventual questionamento sobre se Evaristo e Carolina podem falar, a resposta tende a ser afirmativa, uma vez que suas obras são gritos eloquentes das margens, desafiando o cânone e produzindo epistemologias alternativas.

É que nesse caso, no âmbito da literatura contemporânea, vem ocorrendo, ainda que lentamente, o que Gonzalez (2020, p. 267) chama de “impulso necessário para atingir o simbólico”, situação na qual pode-se vislumbrar uma leve redução da grande distância que separa a “realidade vivida por milhões de mulheres negras deste país” do “modelo ariano de

⁴ De acordo com Akotirene (2019, p. 14), “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. A ideia é, segundo a autora, “rejeitar quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa na terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora”.

explicação” (que é a estrutura de pensamento eurocêntrica e racializada, baseada na ideia de superioridade da “raça branca” ou “ariana” e que tem o racismo como elemento de sustentação). Ainda de acordo com Gonzalez (2020, p. 269), essas pequenas mudanças de pensamento (que abriram portas para novas perspectivas teóricas com base nas histórias e vivências das pessoas subalternizadas), tem a ver com a “responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento”.

Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefroicas* [uma referência às ancestralidades ameríndias e africanas no continente americano, buscando valorizar e evidenciar as experiências de pessoas negras e indígenas que foram silenciadas pela narrativa colonial], sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas (Gonzalez, 2020, p. 269).

É na esteira dessas novas formas de pensar o papel da mulher (negra), especialmente no âmbito da arte literária, que Conceição Evaristo apregoa o conceito de *escrevivência*, fusão de “escrever” e “vivência”, que propõe uma literatura marcada pela memória, dor e resistência das mulheres negras, transformando a narrativa em ato político e existencial (Evaristo, 2014). Seus contos, como os presentes em *Olhos d’água* (2014), compartilham elementos que vão da literatura até os direitos humanos, quando denuncia a violência, o racismo e a exclusão social. Em Evaristo, a ideia de *escrevivência* tem a ver com uma escrita que não é sobre si, uma vez que, se assim fosse, findaria no próprio sujeito, mas sim uma escrita que carrega uma bagagem gerada na coletividade. São, portanto, relatos que não prescindem do seu entorno, isto é, os contextos que corroboraram para sua concepção e significação, ou, como define Evaristo (2006, p. 21) em sua obra *Becos da Memória*, “homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela”. Em uma de suas considerações sobre o papel da figura materna, Evaristo (2014, p. 203) afirma que a família representou para a mulher negra uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência e que “mães reais ou simbólicas ... foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural”.

Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo* (2007), registra com contundência o cotidiano da favela paulistana, rompendo com a elitização do fazer literário e denunciando a desigualdade estrutural brasileira (Jesus, 2007). Sua escrita transforma a vivência de miséria e marginalização em documento social e expressão de resistência. Tal como Spivak (2010)

propõe, Carolina não apenas fala, mas constrói um discurso próprio que desafia as estruturas hegemônicas de poder. É, nesse caso, um contexto de escrita que emerge a partir das vivências da autora e que, de alguma forma, são transpostas para a obra literária, que também opera como documento histórico.

É no bojo dessa literatura que vai além da simples expressão artística (já que pode criticar, denunciar, promover reflexão acerca do real etc.), que Cândido (2000) considera que essa arte possui um caráter humanizador, pois organiza sentimentos e visões de mundo, libertando-nos do caos. Eis porque o autor considera a arte literária como um bem básico incompressível (que não pode ser reduzido, nem retirado), que se aproxima de outros bens, a exemplo da alimentação, saúde, cultura, moradia etc., especialmente pelo seu caráter humanizador e pela sua contribuição para a formação da personalidade. Essa ideia é reforçada por Perrone-Moisés (2016), ao destacar que o texto literário promove conhecimento e transformação histórica.

Nesse sentido, as obras de Evaristo e Carolina não apenas servem como forma de humanização ao leitor, como também resgatam humanidades silenciadas pela história oficial, despertam para outros horizontes e outras percepções acerca de nós mesmos e do mundo, criticam e denunciam problemas sociais, ocasião em que também atuam, simultaneamente, como forma de resistência a comportamentos como o racismo, o sexism e outros preconceitos.

Assim, os textos de Evaristo abordam temas como identidade, ancestralidade e a condição da mulher negra, por vezes ancorados em experiências autobiográficas. Já Carolina Maria de Jesus, ao retratar a luta cotidiana de uma mulher negra na favela, narra não somente a sua trajetória, mas também a de milhares de brasileiras invisibilizadas. São, por assim dizer, as contribuições que Pepetela (1999, p. 119) atribui ao narrador, e ao transmitir seu testemunho, afirma:

não é só curiosidade vã, eu tenho sentido da história e da necessidade de a alimentar, embora os padres e outros europeus digam que não temos nem sabemos o que é História. Sou muito diferente do governador Pedro César de Menezes, que deixou perderem-se todos os documentos de Luanda. [...] Depois somos nós que não temos sentido da história, só porque não sabemos escrever. Eu, pelo menos, sinto grande responsabilidade em ver e ouvir tudo para um dia poder contar, correndo as gerações, da mesma maneira que aprendi com outros o que antes sucedeu. Por isso o meu dono não tinha o direito de tentar me esconder tão magnos acontecimentos que passam na sua cabeça, mesmo se um pouco loucos.

Nessa seara, estudar essas autoras é um exercício de crítica literária comprometida com a ética e a pluralidade. É também uma oportunidade de reconfigurar o cânone a partir das

margens, como propõe a crítica feminista e pós-colonial, reconhecendo a potência das *escrevivências* como formas de resistência e libertação. Além disso, se configura também como uma forma de subverter a tradição dos estudos em literatura, trazendo para o centro autoras que, em razão de circunstâncias socioeconômicas, políticas e culturais, foram deixadas de lado ou até mesmo menosprezadas pelos estudos da teoria e crítica literária.

A ideia é, portanto, superar (ou pelo menos minimizar) os efeitos daquilo que Millen Grosso (2021, p. 129) chama de supervalorização dos “cânones cristalizados pela crítica literária” (cuja maioria refere-se à escrita literária de autoria masculina) e que operam como “parâmetros de exclusão” dos textos escritos por mulheres, já que estes “foram gradativamente excluídos ou suprimidos dos cânones literários”, especialmente no período que vai do século XIX até meados do século XX. Millen Grosso (2019, p. 129) também destaca que a crítica literária do período em questão, ao inventariar a produção literária do Brasil, se mostrou muito tendenciosa a privilegiar a “produção ficcional masculina em detrimento daquelas realizadas por mulheres”, sendo esta quase sempre associada à uma “produção de qualidade inferior”, e que “quando as escritoras eram mencionadas, a crítica literária não se aprofundava nas respectivas obras”. E se essa situação se apresenta sobremaneira intricada até para escritoras brancas, ela é ainda mais agravada para as escritoras negras, em razão do próprio contexto racial do Brasil. É nesse contexto que se torna cada vez mais imperativa a “democracia racial”, na qual Gonzalez (2020, p. 291) apregoa que, em matéria de movimento negro e movimento de mulheres, deve-se “ser os sujeitos do nosso próprio discurso”, em uma prática que vai se percebendo e construindo a identidade, uma vez que o que “está colocado em questão também é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico”.

3 A escrita literária de autoria feminina como símbolo de resistência: apontamentos sobre as obras de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus

A escrita de autoria feminina, especialmente quando protagonizada por mulheres negras, assume um papel fundamental no enfrentamento de estruturas sociais opressoras. Tanto Conceição Evaristo quanto Carolina Maria de Jesus inscrevem suas vivências e perspectivas em uma tradição literária que subverte o silenciamento histórico de mulheres negras brasileiras. Suas obras inserem-se em um movimento de crítica social e política, onde o texto literário não é apenas um espaço de representação estética, mas um campo de disputa por reconhecimento e dignidade da pessoa humana.

Ambas as autoras exemplificam a potência de uma crítica literária que vai além da análise estética. Elas exigem um método crítico que leve em consideração a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Além disso, reiteram a proposição de Araújo (2017) de que a crítica deve ser uma prática performativa e formativa, capaz de produzir sentidos e fomentar a escuta de vozes historicamente silenciadas.

Em *Olhos d'Água* (2014), Evaristo estrutura seus contos a partir do conceito de *escrevivência*, no qual a escrita surge como espaço de enunciação da dor, da memória e da resistência. O uso da memória como elemento literário e social (tal como descrito anteriormente) resgata vozes silenciadas e articula experiências pessoais com realidades coletivas. A autora rompe com a invisibilidade imposta às mulheres negras, revelando a potência de suas subjetividades diante da exclusão e da marginalização. Suas personagens não são apenas vítimas; são sujeitos que resistem, questionam e reconstruem suas histórias a partir de uma consciência crítica sobre sua condição. Movida pelas *escrivências*, de acordo com Akotirene (2019, p. 15), Evaristo propõe “cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d’água atlânticas” e ressalta que mulheres negras infiltradas na Academia “são engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros”. Um desses exemplos pode ser visto no trecho do conto *Maria*, da obra *Olhos d'Água* (2014), exposto a seguir:

Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar de melão? Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isso com ela? ... Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado.
Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (Evaristo, 2014, p. 42)

No trecho acima, Evaristo (2014) aborda, por meio de sua literatura, a violência contra a mulher, dando visibilidade a histórias de dor, de resistência e de humanidade pelas quais passam, com frequência, as pessoas marginalizadas socialmente. A esse respeito, Gonzalez (2020, p. 71) explica que a violência contra a população negra no Brasil é uma regra e que, de maneira especial, ela acontece “sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica”.

Já a literatura de Carolina Maria de Jesus, por sua vez, inscreve-se no campo da literatura de testemunho e, ao mesmo tempo, no da escrita feminina. Em *Quarto de Despejo* (2007), Carolina narra sua experiência de vida como mulher, mãe, negra e pobre. Ao transformar a favela — o “quarto de despejo” da sociedade — em cenário literário, ela desestabiliza a ideia de que a produção cultural legítima deve surgir de centros urbanos, por parte de pessoas que tiveram acesso privilegiado à educação formal e que são economicamente favorecidos. Através de sua escrita crua e direta, Carolina realiza uma crítica contundente à estrutura desigual da sociedade brasileira, revelando como a pobreza e o racismo moldam a existência cotidiana de milhares de brasileiros. Pautando ideias que vão da contemplação estética e da felicidade pelas coisas simples, Jesus (2007) testemunha o universo de pessoas em situação de miséria social, como os exemplos que são apresentados em alguns trechos a seguir:

23 maio de 58: [...] O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astrorei sempre pontual para despontar-se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há várias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe [...] (Jesus, 2007, p. 44).

27 de maio de 1958 - A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? (Jesus, 2007, p. 45).

[...] O Léon pegou o papel, recibi seis cruzeiros. Pensei em guardar para comprar feijão. Mas vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me. Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. (Jesus, 2007, p. 46).

[...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (Jesus, 2007, p. 46).

Em comum, os trechos de Jesus (2007) narram a vida simples daqueles que vivem em contextos de favela e que sofrem em razão dos diversos problemas que acometem as pessoas desfavorecidas economicamente, como é o caso da fome e do trabalho árduo para aquisição de bens básicos para consumo e para a própria subsistência. O fato é que ambas as autoras (Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus) oferecem uma literatura profundamente comprometida com os direitos humanos e com a denúncia das opressões de gênero, raça e classe. De fato, como destaca Gonzalez (2020, p. 12), no que se refere aos estudos das resistências, “a autora brasileira se interessava não apenas pelas lutas políticas do seu tempo,

mas também buscava conhecer, através de literatura secundária, os quilombos, as revoltas, as rebeliões e os motins dos negros escravizados". Gonzalez (2020, p. 100), ao citar "Carolina Maria de Jesus, Marli Pereira Soares e Francisca Souza da Silva", também destaca que as conhecidas histórias dessas mulheres são "testemunhas comoventes do que significa ser *mujer, negra e pobre*".

Nesse sentido, a escrita feminina de Evaristo e Carolina configura-se como um ato político e emancipatório. É nesse ponto, inclusive, que a ideia Spivak (2010) sobre problematizar a condição do subalterno e a possibilidade de este falar, dialoga com os textos dessas autoras. Tanto Evaristo quanto Carolina desafiam os mecanismos de silenciamento impostos à mulher negra subalterna, trazendo à tona vozes historicamente excluídas do discurso dominante.

A escrita de autoria feminina, nesse contexto, atua como possibilidade de releitura do cânone literário, ampliando os horizontes interpretativos e promovendo uma literatura que dialoga com a experiência vivida das mulheres negras. Ao se ancorar na *escrevivência* e nas "escritas de si" (concepção que, de acordo com Klinger (2006, p. 114), refere-se à produção escrita em primeira pessoa, enunciada a partir de próprio espaço de fala do(a) autor(a), que apresenta um artifício que "contra qualquer transparência representacional – torna "opaca" a escrita sobre o outro", em uma relação de alteridade), a produção literária dessas autoras denuncia injustiças estruturais e propõe uma nova forma de olhar e sentir o mundo; um olhar fundado na empatia, na resistência e na esperança.

Nessa seara, reconhecer e valorizar a escrita de autoria feminina negra é essencial para uma crítica literária mais plural e representativa, que contemple a diversidade de vozes e experiências que compõem o Brasil. Trata-se não apenas de inserir novos nomes no cânone, mas de reconstruí-lo a partir de outras epistemologias, de modo a incluir, de modo mais equitativo, as culturas e as manifestações artísticas do povo marginalizado.

Considerações finais

A crítica literária, quando compreendida como prática interpretativa e interdisciplinar, revela-se essencial para a análise de obras que tensionam os limites do cânone, como é o caso das produções de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus.

A escrita de Evaristo, marcada pela noção de *escrevivência*, convoca a crítica a ouvir as múltiplas camadas de memória, subjetividade e resistência inscritas no corpo negro feminino.

Já o diário de Carolina Maria de Jesus transforma o cotidiano da favela em matéria literária e política, revelando o poder da palavra como forma de denúncia e de reinvenção de si.

Nessa seara, este trabalho demonstrou como algumas das obras dessas autoras carregam consigo marcas de resistência e de subversão, trazendo à baila temas sociais de grande relevância (tais como a luta contra o racismo, o sexism e outras formas de preconceito), bem como significativas contribuições para o resgate da memória, da ancestralidade e na busca pelo protagonismo feminino. Ambas as autoras apontam para a urgência de uma crítica comprometida com a escuta e com a justiça epistemológica. Elas reiteram que a literatura não se limita ao texto, mas é também um espaço de disputa de sentidos, onde se inscrevem experiências historicamente silenciadas. Do mesmo modo, este trabalho reitera a importância de uma crítica literária que, para além de julgar, saiba acolher, interpretar e mediar o encontro entre obra, autor e leitor em suas múltiplas dimensões.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Nabil. Literatura e ensino: da crítica literária. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 26-42, 2017. Disponível em: <https://rbcl.com.br/index.php/rblc/article/view/462/417>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=Nos%20estabelecimentos%20de%20ensino%20fundamental,Hist%C3%B3ria%20e%20Cultura%20Afro%2DBrasileira. Acesso em: 3 dez. 2025.
- CANDIDO, Antonio. *A função da crítica*. São Paulo: Ática, 2000.
- CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DURÃO, Fabio Akcelrud, *O que é crítica literária?* São Paulo: Parábola, 2016.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2007.
- KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- MILLEN GROSSO, Carlos Eduardo. A crítica literária e a literatura produzida por mulheres no Brasil do final do século XIX a meados do século XX. *Revista Brasileira de História &*

Ciências Sociais, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 119–131, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i27.13661>. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13661>. Acesso em: 4 dez. 2025.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Ática, 2016.

PEPETELA. *A gloriosa família*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, EDUFMG, 2010.

WELLEK, René. *Conceitos de Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1963.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Obra original publicada em 1963).

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1929.

Recebido em 15 de junho de 2025

Aceito em 04 de dezembro de 2025